

Recomendação nº 71

Roteiro para o combate à Pesca Ilegal, Não declarada e Não regulamentada nas Regiões Ultraperiféricas até 2030

A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) é reconhecida pela União Europeia (UE) como uma das maiores ameaças à sustentabilidade dos recursos marinhos, contribuindo para a sobre-exploração das unidades populacionais, concorrência desleal e perda de receitas públicas¹.

As Regiões Ultraperiféricas (RUP) europeias – *Saint Martin, Guadeloupe, Martinique, Guyane Française, Açores, Madeira, Canarias, Mayotte e La Réunion* – apresentam vastas zonas económicas exclusivas e uma dispersão geográfica que dificulta o controlo e vigilância das atividades de pesca, tornando-as particularmente vulneráveis à pesca INN. A pesca artesanal e de pequena escala das RUP, exercida com artes seletivas e de baixo impacto ambiental, representa a principal fonte de rendimento para muitas comunidades locais e a sua sobrevivência depende da proteção dos recursos haliêuticos, bem como da eliminação da concorrência desleal causada por operadores que praticam pesca ilegal, não declarada e/ou não regulamentada.

A UE e os Estados-membros dispõem de instrumentos jurídicos e operacionais, no entanto, a aplicação destes mecanismos nas RUP enfrentam severos constrangimentos de meios humanos, financeiros e tecnológicos.

Considerando que o [Regulamento \(UE\) 2021/1139](#), que cria o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA), prevê apoio financeiro específico à fiscalização e à luta contra a pesca INN; e considerando que o [Regulamento de Execução \(UE\) 2025/1522](#) prevê que, a partir de 2026, a certificação das capturas seja realizada exclusivamente através do sistema CATCH - um registo eletrónico único que digitaliza o esquema atual de certificados -, obrigando as autoridades regionais a adaptar os procedimentos e os meios tecnológicos para melhorar a rastreabilidade dos produtos importados e verificar a sua conformidade com as regras da UE antes da entrada no mercado europeu.

Considerando ainda, que o combate eficaz à pesca INN nas RUP requer uma abordagem integrada, com foco na prevenção, deteção e resposta rápida.

¹ Food and Agriculture Organization of the United Nations. (n.d.). *Illegal, unreported and unregulated (IUU) fishing*. FAO.

Assim, para que se possa quantificar a eficácia do controlo da pesca INN nas RUP, o **CCRUP recomenda à Comissão Europeia e aos Estados-Membros interessados**, que até 2030, tenha em conta as seguintes orientações, na sua atuação:

- 1- Elaborar um mapa de risco da pesca INN por região, identificando zonas sensíveis, épocas de maior incidência e principais espécies visadas, como base para definir prioridades e metas anuais e planos de gestão de fiscalização e controlo;
- 2- Financiar adequadamente, através do FEAMPA e de outros instrumentos da UE, destinado a reforçar os meios humanos, financeiros e tecnológicos das autoridades competentes, com vista a uma fiscalização e controlo mais eficazes;
- 3- Assegurar a eventual adaptação para uma plena utilização do sistema CATCH, pelas autoridades e operadores nas RUP;
- 4- Reforçar a cooperação entre Estados-Membros, autoridades regionais e países terceiros, para a melhoria da prevenção, deteção e resposta contra a pesca INN nas bacias oceânicas das RUP.